

7 JUL 1987

JORNAL DO BRASIL

Emenda foi assinada sem título eleitoral *que pag 2*

BRASÍLIA — Está criado o primeiro impasse na Constituinte em relação às emendas de iniciativa popular: a Comissão de Sistematização se reúne hoje para decidir o que fazer com as três primeiras a chegar, que não cumprem a exigência de as assinaturas virem acompanhadas do número do título de eleitor do signatário, embora todos tenham superado o número mínimo de 30 mil assinaturas.

As três emendas — uma que suprime todo tipo de censura, outra que protege a criança e uma terceira que cria delegacias de defesa dos direitos do cidadão e parques-oficinas para os idosos — foram encaminhadas à Constituinte como sugestão em sua primeira fase e receberam tratamento de emenda por decisão da Secretaria da Mesa.

A da criança, por exemplo, tem dois milhões de assinaturas, só que das próprias crianças, que não têm título eleitoral. "Toda criança tem direito à vida, a

um nome, a uma família, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia, à alimentação, à segurança social e afetiva", diz o texto, que já encontrou entre os constituintes um candidato a fazer com que ela não seja rejeitada: o deputado Néelson Aguiar (PMDB-ES). Se um Constituinte assinar, a emenda é aceita automaticamente.

Ontem foi o segundo dia de apresentação das emendas de plenário, mas continuou pequeno o número de constituintes a apresentar propostas. Foram apresentadas menos de 100, das quais 47 são do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). O número de emendas de plenário, porém, já é superior a 5 mil 400, pois foram aproveitadas as cerca de 5 mil 330 chegadas à Comissão de Sistematização. Estas não foram levadas em consideração na fase passada por serem consideradas emendas de mérito, não permitidas então.

Deputado fala no vazio

BRASÍLIA — No segundo dos 40 dias destinados à discussão do anteprojeto da Comissão de Sistematização, só dois constituintes ocuparam a tribuna. Os deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Nelson Aguiar (PMDB-ES) falaram para um plenário onde a média de frequência era de 20 constituintes, enquanto nas galerias um público em torno de 100 pessoas acompanhava com atenção, aplaudindo ou vaiando os oradores.

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), que vem gerenciando junto à Mesa da Constituinte para que seja fixado um calendário de discussão dos temas constitucionais, disse que o plenário vazio era a evidência de que está certo. "Onde estão os constituintes que fizeram campanha dizendo que queriam fazer a nova Constituição? Onde está o interesse para o grande debate constitucional?"